



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:
Advogado da União

Prova Objetiva

Aplicação: 23/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém cinquenta questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – AGU/CESPE/UnB, de 8/9/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de cinco horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

ADENDO

- I – 25/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II – 26 e 27/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e no horário a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- III – 3/12/2002 – Data prevista de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e da convocação para a inscrição.
- IV – 11/2/2003 – Data prevista de divulgação, no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado provisório das provas discursivas.
- V – 12 e 13/2/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório das provas discursivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados juntamente com a divulgação desse resultado.
- VI – 11/3/2003 – Data prevista de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final das provas discursivas e da convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a seleção de lista progressiva.

OBSERVAÇÕES

- + Não serão objeto de consideração recursos em desacordo com o estabelecido no item 14 do Edital n.º 1/2002 – AGU/CESPE/UnB, de 8/9/2002.
- + Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone (600) 401-4488-8100.
- + É permitida a reprodução desta material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 50, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código SR, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código SR não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

GRUPO I

Texto I – questões 1 e 2

Após longa e intensa luta revolucionária, liderada por Carlos Magno, proclamou-se a independência de uma área territorial, denominada até então Favela da Borboleta, e de seus habitantes em relação a um Estado soberano da América Latina. Carlos, imediatamente, convocou eleições, entre os habitantes da favela, visando à escolha de quinze membros da comunidade para compor uma Assembléia Constituinte, cuja função era elaborar o texto da Constituição da República Federativa das Borboletas. Tal constituição foi, então, elaborada e continha regras referentes à organização política e administrativa do novo Estado, bem como as regras garantidoras das liberdades fundamentais de seus habitantes. Entre as regras de organização, previu-se a divisão do território em três estados-membros com constituições próprias, a serem elaboradas segundo os princípios da constituição maior. Previu-se, também, a possibilidade de revisão da Constituição da República das Borboletas, por procedimento especial distinto do da legislação ordinária, ficando vedada a revisão na hipótese de decretação de estado de sítio ou de defesa, bem como em determinadas matérias referentes às liberdades fundamentais dos membros da comunidade.

QUESTÃO 1

Considerando a situação hipotética descrita no texto I e a doutrina constitucional, julgue os itens a seguir.

- 1 O poder que constituiu a República Federativa das Borboletas pode ser considerado poder constituinte originário.
- 2 O poder constituinte originário tem como características fundamentais ser inicial, limitado e incondicionado.
- 3 A Constituição da República Federativa das Borboletas pode ser considerada uma constituição escrita e flexível, uma vez que admite a revisão de seu texto em situações determinadas.
- 4 A assembléia que elaborou a Constituição da República Federativa das Borboletas detinha a titularidade e o exercício do poder constituinte, que lhe foram conferidos por Carlos Magno.
- 5 A Constituição da República Federativa das Borboletas impõe ao poder constituinte derivado limitações circunstanciais e materiais, mas não temporais.

QUESTÃO 2

Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto I e a doutrina constitucional, julgue os itens abaixo.

- 1 O processo usado por Carlos Magno para positivar a Constituição da República Federativa das Borboletas foi a outorga, tendo em vista a sua origem revolucionária.
- 2 Em sentido jurídico, revolução é o rompimento de uma ordem jurídico-constitucional, que retira a eficácia de uma constituição em vigor, abrindo caminho ao poder constituinte originário para implantar uma nova constituição.
- 3 Com base na doutrina constitucional, com a publicação da Constituição da República Federativa das Borboletas, extingue-se o poder constituinte originário que lhe deu vida, passando a regência do Estado às mãos do poder constituído.
- 4 A Constituição da República Federativa das Borboletas previu, no seu texto, tanto manifestações do poder constituinte derivado reformador quanto do poder constituinte derivado decorrente.
- 5 Do reconhecimento de um poder constituinte originário decorre a idéia de supremacia constitucional e, do reconhecimento desta, o imperativo do controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 3

A Constituição da República de 1824, por influência dos franceses, que, naquele momento histórico, pregavam a supremacia da lei e do legislador, não contemplava a possibilidade do controle judicial de constitucionalidade das leis. Nesse sentido, os doutrinadores brasileiros da época, traduzindo esse pensamento, ensinavam que apenas o Poder Legislativo, e nenhum outro, tinha o direito de interpretar as leis, suas vontades e seus fins. No decorrer dos quase 180 anos que se seguiram, essa concepção mudou radicalmente, e o Brasil possui, atualmente, um complexo sistema de controle jurisdicional de constitucionalidade. A respeito da evolução histórica desse controle no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 1 Com a instauração da República, concedeu-se aos juízes e tribunais brasileiros, estaduais e federais, o poder jurídico de verificar a conformidade das leis à Constituição da República.
- 2 A Constituição da República de 1934 introduziu mudanças significativas no sistema de controle de constitucionalidade das leis, entre as quais a competência do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer lei ou ato, deliberação ou regulamento, quando declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), emprestando-lhe efeito *erga omnes*.
- 3 A Constituição da República de 1937, apesar de prever em seu texto *quorum* especial dos tribunais para a declaração de inconstitucionalidade, consagrou princípio autoritário segundo o qual, no caso de uma lei ser declarada inconstitucional, se o presidente da República a considerasse necessária ao bem-estar social ou à proteção de interesse nacional relevante, poderia submetê-la novamente à apreciação do Parlamento.
- 4 A Constituição da República de 1946 ampliou as hipóteses de representação de inconstitucionalidade, prevista inicialmente na Constituição da República de 1934, manteve a titularidade da representação com o procurador-geral da República e subordinou a intervenção à declaração, pelo STF, da inconstitucionalidade do ato argüido.
- 5 O controle abstrato da constitucionalidade de normas mediante a representação de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo foi instituído no Brasil pela Constituição da República de 1967.

QUESTÃO 4

No Brasil atual, convivem dois sistemas de controle judicial de constitucionalidade das leis. O controle difuso, ou por via de exceção, e o controle concentrado e abstrato, ou por via de ação direta. Este último é atribuição exclusiva do STF e tem por finalidade a obtenção da declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade do ato normativo, visando à segurança das relações jurídicas e à defesa da Constituição da República. Acerca do sistema atual de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- ❶ A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa à expedição de medida para tornar efetiva a norma constitucional, podendo a omissão ser total ou parcial, importando a procedência da ação no reconhecimento, pelo STF, da inércia do poder público, não cabendo ao STF suprir a omissão, mas antes cientificar o poder inadimplente para que adote as providências necessárias à concretização do texto constitucional.
- ❷ É requisito essencial à ação declaratória de constitucionalidade a comprovação de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da lei ou ato normativo objeto da ação, que tanto pode ser de origem federal ou estadual. As decisões do STF nessas ações produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- ❸ O controle concentrado de constitucionalidade aplica-se, em regra, a atos normativos posteriores à promulgação da Constituição da República; contudo, a jurisprudência do STF não veda a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos anteriores à Constituição da República.
- ❹ Segundo a jurisprudência do STF, é possível o controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias frente às chamadas cláusulas pétreas, de modo a garantir a observância dos princípios constitucionais mais relevantes inscritos nessas cláusulas.
- ❺ Nos termos da jurisprudência do STF, os atos e tratados internacionais incorporados formalmente ao direito brasileiro estão sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade.

QUESTÃO 5

Um órgão da administração direta federal publicou edital de concurso público para preenchimento de cargos públicos de agente de segurança e de técnico em informática, exigindo dos candidatos a ambos os cargos altura mínima de 1,65 m e idade inferior ou igual a 35 anos. Além disso, para os candidatos ao cargo de agente de segurança, exigiu diploma de curso superior em direito, enquanto, para os de técnico em informática, diplomação em programação de computadores. Previu ainda o edital critérios de concorrência em caráter regional, de maneira que a ordem de classificação dos candidatos seria efetuada de acordo com a opção de região territorial que fizessem. Alguns candidatos, inconformados com os termos do edital, interpuseram contra este ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), enquanto outros entraram com mandado de segurança, visando impugnar requisitos constantes no edital.

Acerca da situação hipotética acima descrita, bem como da jurisprudência, da doutrina e da legislação pertinentes, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Por não haver motivos para indeferimento liminar do pedido de ADIn, o STF, seguindo sua linha jurisprudencial, deverá julgar a ADIn, declarando a inconstitucionalidade do edital do concurso, tendo em vista as diversas ofensas ao texto constitucional nele contidas.
- ❷ Para provimento de qualquer cargo público, a exigência de altura mínima, nos termos da jurisprudência do STF, é considerada ofensa aos princípios constitucionais da isonomia e da razoabilidade.
- ❸ A fixação de limite de idade em concurso público tem sido aceita pela jurisprudência do STF, desde que se mostre compatível com o conjunto de atribuições inerentes ao cargo a ser preenchido e seja estabelecido em lei.
- ❹ A jurisprudência do STF tem por válida a fixação de critérios de concorrência em caráter regional em editais de concurso público, de maneira que, se essa linha de entendimento for seguida, a impugnação a essa exigência editalícia não encontrará amparo no Poder Judiciário.
- ❺ A exigência de diplomação em direito para provimento do cargo de agente de segurança pode implicar séria ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, aplicáveis à administração pública.

QUESTÃO 6

Acerca das atribuições do Poder Legislativo e do processo legislativo, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Cabe ao Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente da República, o vice-presidente da República, os ministros do STF, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União, bem como, em qualquer situação, os ministros de Estado.
- ❷ Compete ao Congresso Nacional a tomada de contas do presidente da República, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- ❸ São competentes para propor emenda à Constituição da República o presidente da República, o vice-presidente da República, os governadores de estado e um terço dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.
- ❹ A Constituição da República não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- ❺ É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e civil, sendo permitida, dentro de certas condições, em relação à instituição e à majoração de impostos.

QUESTÃO 7

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar e da tutela constitucional das liberdades, julgue os itens a seguir.

- ❶ A imunidade recíproca veda a instituição e a cobrança de tributos entre União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo extensível às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere a patrimônio, renda e serviços.
- ❷ Na apreciação do *habeas corpus*, o órgão judicante não se vincula à causa de pedir ou ao pedido formulado pelo impetrante.
- ❸ Inserem-se nas limitações constitucionais ao poder de tributar os princípios da legalidade, da anterioridade e da igualdade tributária e a vedação de utilizar tributos com efeito de confisco; contudo, não se considera como tal espécie de limitação a exclusividade da União na instituição dos empréstimos compulsórios.
- ❹ Por se tratar de cláusula pétrea, o mandado de segurança não poderá ser suprimido do ordenamento jurídico brasileiro, nem mesmo durante o estado de defesa ou de sítio, previstos na Constituição da República.
- ❺ É cabível o mandado de injunção sempre que a ausência de regulamentação de norma constitucional ou legal tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

QUESTÃO 8

Quanto aos critérios para conceituar o direito administrativo, às fontes deste, aos órgãos e funções da administração pública, à avocação e à delegação de competência e ao poder hierárquico, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em face da realidade da administração pública brasileira, é juridicamente correto afirmar que o critério adotado para a conceituação do direito administrativo no país é o critério do Poder Executivo.
- ❷ Não obstante o princípio da legalidade e o caráter formal dos atos da administração pública, muitos administrativistas aceitam a existência de fontes escritas e não-escritas para o direito administrativo, nelas incluídas a doutrina e os costumes; a jurisprudência é também considerada por administrativistas como fonte do direito administrativo, mas não é juridicamente correto chamar de jurisprudência uma decisão judicial isolada.
- ❸ O Conselho Monetário Nacional é órgão do Ministério da Fazenda e, por implementar políticas públicas na área macroeconômica, pode ser classificado como órgão colegiado ativo.
- ❹ Tanto na delegação de competência administrativa quanto no mandato do direito civil os atos são praticados por outrem, de maneira que um e outro institutos têm a mesma estrutura jurídica.
- ❺ A hierarquia administrativa baseia-se na autoridade, de modo que a relação hierárquica envolve poderes como os de comando, de fiscalização, de revisão e de punição, entre outros.

QUESTÃO 9

Acerca da centralização e da descentralização da atividade administrativa do Estado, da concentração e da desconcentração de competência, da organização administrativa e do ato administrativo, julgue os itens a seguir.

- ❶ As procuradorias da União e as procuradorias regionais da União, unidades da Advocacia-Geral da União (AGU) com finalidade de execução, são exemplos do mecanismo administrativo da descentralização de competências, que se destina à busca de maior eficiência da atuação estatal.
- ❷ Segundo a doutrina, para maior eficiência na atuação das agências executivas, estas podem apresentar qualquer forma jurídica legalmente prevista, como atualmente ocorre com agências que têm a natureza jurídica de autarquias, fundações ou empresas públicas.
- ❸ A doutrina administrativista brasileira considera que as fundações públicas têm natureza de autarquia; seus servidores, portanto, não são regidos pela legislação trabalhista, representada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- ❹ A despeito da denominação de empresas públicas, esses entes, que compõem a administração pública indireta, têm personalidade jurídica de direito privado; não obstante, por outro lado, os atos de seus gestores sujeitam-se a sanção aplicável em virtude da ação judicial por improbidade administrativa.
- ❺ Pondo à parte a discussão acerca da distinção entre processo e procedimento administrativo e equiparando essas expressões, é juridicamente correto afirmar que o ato administrativo complexo, dadas as peculiaridades de seu modo de formação, é exemplo de processo administrativo.

QUESTÃO 10

O ato administrativo é um ato jurídico, pois se trata de uma declaração que produz efeitos jurídicos. Sendo ato jurídico, aloca-se dentro do gênero fato jurídico. Este se define como qualquer acontecimento a que o direito imputa e enquanto imputa efeitos jurídicos. O fato jurídico, portanto, pode ser um evento material ou uma conduta humana, voluntária ou involuntária, preordenada ou não a interferir na ordem jurídica. Basta que o sistema normativo lhe atribua efeitos de direito para qualificar-se como um fato jurídico.

Celso Antônio Bandeira de Mello. **Curso de direito administrativo**. 14.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 333 (com adaptações).

Em relação ao ato e ao contrato administrativo, julgue os itens seguintes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
- Um indivíduo inscreveu-se em concurso público utilizando documentos falsificados, pois não preenchia os requisitos legais para a inscrição. Como a falsificação não foi descoberta, o criminoso logrou aprovação, nomeação e posse no cargo público. Entrou em exercício e praticou diversos atos, que produziram os efeitos a que se destinavam, até o funcionário ser descoberto, meses depois, quando, após o devido processo legal, tais atos foram anulados.
- Nessa situação, os atos administrativos derivados da inscrição do candidato, até a descoberta da falsidade, foram inválidos, mas eficazes.
- ❷ O ato de nomeação de duzentos candidatos aprovados em concurso público é juridicamente classificado como ato administrativo individual, embora plural (ou plúrimo).
- ❸ Se determinado indivíduo se inscreve em concurso vestibular para ingresso em instituição federal de ensino superior e vem a ser aprovado, o ato que o admite no corpo discente da instituição é de natureza vinculada; por outro lado, mesmo os atos administrativos discricionários podem ser avaliados, em certos aspectos, pelo Poder Judiciário.
- ❹ A revogação dos atos administrativos aplica-se àqueles que sejam válidos, mas que a administração considere não mais cumprirem o interesse público; não cabe, portanto, revogação de ato administrativo inválido; de outra parte, é perfeitamente admissível a revogação parcial de ato administrativo, se a parte não revogada for subsistente por si mesma.
- ❺ São contratos administrativos todos os contratos do poder público com particular, seja pessoa física ou jurídica, para o atingimento de interesse público e sujeitos à legislação em vigor.

QUESTÃO 11

A respeito das licitações, dos contratos administrativos, do poder de polícia e do serviço público, julgue os seguintes itens.

- ❶ Apesar da previsão, no direito positivo, do princípio da publicidade, este não é absoluto, como ocorre com os princípios jurídicos em geral; no que respeita ao processo de licitação, o cidadão pode obter certidão acerca de seus atos, na forma da lei que regulamenta esse direito, desde que aponte em que a certidão servirá à defesa de direito ou interesse pessoal.
- ❷ Devido à prevalência do interesse público nos contratos administrativos, o regime jurídico dessa espécie contratual difere de maneira importante do regime dos contratos de direito privado; nos contratos administrativos, o poder público impõe relativa sujeição ao contratado particular e, por isso, tem faculdades como a de aplicar multa ao segundo pela violação de cláusulas contratuais e a de deduzi-la dos pagamentos que houver de fazer ao contratado, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para esse fim.
- ❸ A doutrina administrativista brasileira não admite a existência do chamado fato do príncipe negativo, isto é, o ato do poder público que afeta de maneira benéfica a situação do particular no contrato administrativo; exemplo dessa categoria seria a extinção de tributo incidente sobre fatos geradores praticados por causa da execução do contrato, o que elevaria os ganhos do contratado.
- ❹ Se determinado órgão público apreende medicamentos comercializados ilegalmente, esse ato constitui exercício do poder de polícia administrativa, embora tenha caráter repressivo e apesar de esse poder agir de maneira sobretudo preventiva.
- ❺ Nas relações jurídicas entre o usuário de serviço público e o ente prestador dele, não se aplica a inversão do ônus da prova em favor do primeiro.

QUESTÃO 12

No atinente à concessão, à permissão e à autorização de serviço público e ao domínio público, julgue os itens em seguida.

- ❶ Ao término do contrato de concessão de serviço público, a pessoa jurídica da concessionária não precisa extinguir-se.
- ❷ O regime jurídico da autorização não é constitucionalmente compatível com a exploração de serviço público por parte de pessoa jurídica privada.
- ❸ Os prédios públicos onde funcionam os órgãos da AGU são juridicamente considerados bens públicos de uso especial; juridicamente, esses prédios podem vir a ser desafetados e, por lei, tornados de uso comum.
- ❹ Se um rio servir de limite entre o Brasil e outro país ou provier de território estrangeiro, será de propriedade da União; em todos os demais casos, porém, os rios serão de propriedade dos estados da Federação.
- ❺ Terras devolutas são bens públicos dominiais (ou dominicais) que, por isso mesmo, não estão aplicadas a nenhuma finalidade específica; existem terras devolutas de propriedade da União, como as da faixa de fronteira, assim como as existem de propriedade dos estados e dos municípios.

QUESTÃO 13

No que tange aos bens públicos, às limitações e servidões administrativas e à desapropriação, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A utilização de bem público de uso especial pode ser deferida a particular, por meio de contrato de concessão de uso.
- ❷ Devido às limitações que gera ao pleno exercício do direito de propriedade, o tombamento, seja ele encarado como servidão ou como limitação administrativa, sempre gera para o dono do bem tombado o direito à indenização por causa dessas restrições.
- ❸ Na servidão administrativa, o dono do imóvel pode ser obrigado, conforme o caso, a tolerar o uso, pela administração pública ou por particulares, da porção do bem que é objeto do ônus.
- ❹ Nos casos em que a desapropriação atinja bem imóvel com cadeia dominial documentada em registro imobiliário, é juridicamente correto afirmar que a aquisição da propriedade pelo Estado se dará em caráter derivado.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
- A administração pública pretende construir um complexo hospitalar composto por três prédios, mas planeja construir um a cada ano. O terreno onde o complexo deverá ser implantado é de propriedade privada. O poder público deseja evitar que o imóvel seja alienado, caso apenas uma fração dele seja desapropriada de início, para a construção só do primeiro hospital.
- Nessa situação, é juridicamente possível a desapropriação de todo o terreno, desde que justificadamente, sob a forma do que a doutrina denomina de desapropriação por zona.

QUESTÃO 14

Relativamente ao controle jurisdicional da administração pública, à responsabilidade patrimonial do Estado e aos agentes públicos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No Brasil, não vigora o sistema do contencioso administrativo, mas o da jurisdição una, de modo que toda e qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito individual, procedente de qualquer órgão da administração pública, pode ser apreciada pelo Poder Judiciário.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
- Foi promulgada determinada lei, com base na qual a União passou a praticar certos atos administrativos. Um procurador da República reputou que a lei seria inconstitucional e, por isso, ajuizou ação civil pública em face da União, em vara federal, a fim de que o Poder Judiciário a obrigasse a abster-se de continuar a prática dos atos.
- Nessa situação, o pedido da ação civil pública não poderia ser deferido, porquanto essa ação tem efeitos *erga omnes* e, nesse caso, funcionaria como verdadeira ação direta de inconstitucionalidade, o que, por sua vez, usurparia a competência do STF.
- ❸ A responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado prescinde de culpa do agente público, mas não surge quando o poder público age licitamente.
- ❹ No direito administrativo, o conceito de agente público é amplo e abrange até pessoas sem vínculo jurídico permanente com a administração, como é o caso dos componentes de mesas receptoras de votos nas eleições, pessoas delegadas de serviços públicos, como permissionários e concessionários de serviços públicos, e pessoas detentoras de mandato eletivo, como os membros de câmaras municipais e o presidente da República.
- ❺ Em face dos princípios constitucionais da administração pública, um dos deveres dos agentes públicos é o da eficiência, de maneira que o agente pode até vir a ser responsabilizado pelos danos que sua atuação ineficiente vier a causar a um particular, a depender das circunstâncias.

QUESTÃO 15

A advocacia pública é a instituição que, diretamente ou por intermédio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente; cabem-lhe, nos termos da lei complementar que dispõe sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.

A Constituição Federal de 1988, já não era sem tempo, rompeu a tradição existente de a representação judicial da União ser exercida pelo Ministério Público e transformou-o em defensor da sociedade, criando instituição diretamente ligada ao Poder Executivo, para exercer esse importante mister.

Alexandre de Moraes. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 1.587 (com adaptações).

No que diz respeito à improbidade administrativa, ao procedimento administrativo e à AGU, julgue os itens abaixo.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
- O presidente de um ente público determinou que máquinas e equipamentos deste fossem utilizados na ampliação de uma piscina na residência daquele. Tão logo os serviços foram encerrados, os bens retornaram ao uso da pessoa jurídica. Ficou ademais provado que em nenhum momento houve intenção do dirigente público de se apropriar dos bens e que, naquela época, não havia programação de que eles fossem utilizados pelo próprio ente público para a consecução de seus fins.
- Nessa situação, devido à ausência de apropriação dos bens e de prejuízo ao ente público, é juridicamente correto afirmar que inexistiu o cometimento de ato de improbidade administrativa.
- ❷ Em face da atual distribuição de competência na Constituição da República, cabe à União legislar acerca de processo administrativo para si própria e para os demais entes da Federação.
- ❸ Devido ao fato de exercer competências processuais, a Procuradoria-Geral da União é considerada pela Lei Orgânica da AGU (Lei Complementar n.º 73, de 1993) como órgão de execução.
- ❹ É da competência do advogado-geral da União declarar aprovados os membros da AGU sujeitos a estágio confirmatório, após ouvir o Conselho Superior do órgão.
- ❺ A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional integra a AGU mas é administrativamente subordinada ao Ministério da Fazenda; cabe-lhe representar a União nas causas de natureza fiscal, aí incluídos os incidentes, mesmo que meramente processuais, nas ações de natureza fiscal.

QUESTÃO 16

Com referência ao poder de tributar e ao direito tributário, julgue os itens a seguir.

- ❶ O poder de o Estado criar e cobrar tributos não é ilimitado no Estado democrático de direito; no caso brasileiro, esse poder sofre diversas limitações: boa parte delas, mas nem todas, está no capítulo que regula o Sistema Tributário Nacional.
- ❷ Importante expressão do princípio da legalidade tributária é o princípio da tipicidade tributária, segundo o qual o legislador precisa definir na lei todos os elementos essenciais à válida cobrança do tributo, aí incluídas a hipótese de incidência e a alíquota; apenas excepcionalmente é válida a fixação de algum desses elementos, como a alíquota, por ato infralegal.
- ❸ O princípio da irretroatividade da lei tributária não é incompatível com a existência de leis tributárias que produzam efeitos jurídicos sobre atos pretéritos.
- ❹ Nem todos os impostos se submetem rigorosamente ao princípio da anterioridade da lei tributária, como ocorre com o imposto de importação, o imposto de exportação, o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, uma vez que estes podem ser majorados e cobrados no mesmo exercício da norma que os houver elevado.
- ❺ O principal critério para a realização do princípio da igualdade tributária consiste no tratamento igualitário dos contribuintes em função de sua capacidade contributiva, de modo que os contribuintes com mesma capacidade contributiva devem necessariamente sujeitar-se aos mesmos tributos.

QUESTÃO 17

No que respeita à norma tributária e à obrigação tributária, julgue os itens seguintes.

- ❶ A produção de normas tributárias está associada à competência legislativa de um ente político, de modo que, no concernente ao espaço, por exemplo, as normas produzidas por um ente em geral não se podem aplicar fora de seus limites territoriais; há situações, porém, em que normas de um estado-membro podem ter aplicação fora de seu território.
- ❷ Se uma instrução normativa da Secretaria da Receita Federal for baixada com regras mais rigorosas para a fiscalização de tributos administrados por aquele órgão, esse ato entrará em vigor na data de sua publicação e não apenas no exercício seguinte.
- ❸ A finalidade precípua do direito tributário é a de regular os modos de arrecadar meios materiais para que o Estado possa atingir suas finalidades; não obstante a existência desse subsistema jurídico especializado, a obrigação tributária pode assumir qualquer uma das formas das obrigações em geral, ou seja, pode haver obrigações tributárias de dar, de fazer e de não fazer.
- ❹ Se João e Márcia forem maiores e capazes e partes em negócio jurídico no qual haja solidariedade tributária, poderão ajustar entre si a quem caberá a responsabilidade pelo pagamento dos tributos incidentes; em caso como esse, se a fazenda pública cobrar, em ação de execução, o tributo da parte isentada no ajuste particular, esta será ilegítima para figurar no pólo passivo da relação processual.
- ❺ A lei tributária não exclui a possibilidade de incidência sobre fatos geradores associados a fatos considerados ilícitos por outros ramos do direito; porém, por falta de personalidade jurídica, a sociedade de fato não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.

QUESTÃO 18

Sendo o direito uma realidade abstrata, não pode ter por objeto coisas concretas. Assim, o dinheiro, como as coisas em geral, jamais pode ser objeto do direito. Nenhuma coisa concreta pode ser objeto do direito, das normas jurídicas, das obrigações jurídicas (porque o direito e suas realidades são abstratos).

O objeto das normas jurídicas é o comportamento humano. Assim, o objeto da obrigação tributária é o comportamento do sujeito passivo.

Geraldo Ataliba. **Hipótese de incidência tributária**. 5.ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 30 (com adaptações).

No que se refere à obrigação tributária e ao crédito tributário, julgue os seguintes itens.

- ❶ Como a obrigação tributária constitui o núcleo de uma peculiar relação jurídica, é necessário, para que essa relação seja juridicamente válida, que o sujeito passivo possua capacidade jurídica, consoante a lei civil.
- ❷ Nos negócios jurídicos sujeitos a condição resolutória, a obrigação tributária pode surgir no momento da celebração do negócio, se isso for definido por lei como o fato gerador da obrigação, sendo desimportante, para efeitos tributários, que o implemento da condição resolva o ato.
- ❸ A ocorrência do fato gerador, por si só, não torna o contribuinte necessariamente compelido, pela lei, ao pagamento do tributo.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Lídia falsificou documento com a finalidade de sonegar tributos, e apurou-se que o documento forjado tinha potencialidade lesiva para causar outros danos à fé pública. Lídia foi autuada pela infração tributária e veio a ser processada pelo Ministério Público, por crime contra a ordem tributária e por crime contra a fé pública. No curso do processo penal, o crédito tributário foi objeto de anistia.
Nessa situação, a ação penal teria de gerar a absolvição total de Lídia, por força da anistia incidente sobre o tributo.
- ❺ Considerando que o procedimento de lançamento se destina à constituição do crédito tributário e que este pode vir a ser contestado, após concluído o lançamento, tanto na via administrativa quanto na judicial, é juridicamente correto afirmar que àquele procedimento não se aplica o princípio do contraditório.

QUESTÃO 19

No que diz respeito ao crédito tributário e à responsabilidade tributária, julgue os itens em seguida.

- ❶ A despeito das controvérsias teóricas que cercam os institutos da prescrição e da decadência no direito civil, no direito tributário a doutrina considera que a segunda fulmina o direito de o fisco efetuar o lançamento do tributo; conseqüentemente, é correto afirmar que a decadência, via de regra, não atinge os chamados lançamentos por homologação.
- ❷ O princípio da legalidade exige que os elementos essenciais de cada tributo sejam definidos em lei formal, e esse requisito de validade aplica-se também aos casos de responsabilidade tributária, que devem ser previstos na norma-matriz de cada espécie tributária.
- ❸ Se A vende a B determinado imóvel em relação ao qual haja tributos pendentes, a responsabilidade por estes caberá àquele que for designado responsável na escritura de compra e venda; se não houver estipulação em contrário, a responsabilidade será necessariamente do adquirente.
- ❹ Se Francisca faleceu e deixou débito para com a fazenda nacional e Júlia, sua filha, veio a ser nomeada inventariante do espólio de sua genitora, então, nesse caso, Júlia não será devedora solidária dos débitos que a finada contraiu em vida apenas por causa do encargo da inventariança.
- ❺ Devido ao fato de que o Código Tributário Nacional é, por disposição constitucional expressa, a norma geral do Sistema Tributário Nacional, as garantias e os privilégios do crédito tributário são exclusivamente aqueles previstos no referido código, ou seja, são juridicamente inválidas garantias e privilégios outorgados ao crédito tributário por leis especiais.

QUESTÃO 20

Quanto à repartição das receitas tributárias, ao Sistema Tributário Nacional e à dívida ativa, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Na repartição das competências tributárias, há tributos que cabem a uma ou outra pessoa constitucional (União, estados etc.) porque dependem de determinada atuação estatal e, nesse caso, tocarão àquele ente que desempenhe tal atuação; outros tributos não dependem de atuação estatal específica e, nesse caso, a divisão das competências faz-se por meio da tipificação deles e da atribuição de cada um às pessoas constitucionais.
- ❷ Se uma fundação pública de determinado estado da Federação resolver explorar a produção de filmes publicitários, como meio de elevar as receitas disponíveis para sua atividade-fim, aquela atividade econômica estará protegida por imunidade tributária, desde que realmente se destine ao financiamento das finalidades essenciais do ente fundacional.
- ❸ O recolhimento do IPI baseia-se na não-cumulatividade, segundo a qual apenas o valor acrescido em cada fase da industrialização deverá ser tributado; a fim de apurar o valor devido do imposto ao final de cada mês, faz-se controle de créditos e débitos do IPI. Dessa maneira, a não-cumulatividade do tributo não é calculada, na verdade, na industrialização de cada produto específico, mas a cada período de tempo.
- ❹ Se uma empresa importar determinada máquina para incorporá-la a seu ativo permanente, como bem destinado a ampliar a capacidade de produção da empresa, essa importação não constituirá fato gerador do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), uma vez que a máquina, nesse caso, não se configura juridicamente como mercadoria.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
A fazenda nacional ajuizou execução fiscal em face de determinado contribuinte e anexou à petição inicial a necessária certidão de dívida ativa (CDA). Posteriormente, antes da sentença na execução, verificou-se que a certidão descumpria determinados requisitos legais. Em conseqüência, a exequente produziu nova CDA e requereu-lhe a juntada ao processo de execução. O juiz deferiu a juntada da certidão, mas reabriu o prazo para embargos ao executado.
Nessa situação, agiu de maneira válida o juiz, pois era juridicamente admissível a juntada da nova CDA.

QUESTÃO 21

No que se refere à ordem econômica constitucional, mais precisamente aos princípios da atividade econômica, à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, julgue os seguintes itens.

- ❶ Soberania nacional, função social da propriedade e livre concorrência são princípios gerais da atividade econômica.
- ❷ O Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exerce as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- ❸ Desde que haja prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, qualquer propriedade rural está sujeita a desapropriação para fins de reforma agrária.
- ❹ A Constituição de 1988 prevê o chamado usucapião *pro labore* em favor de quem, não sendo proprietário de imóvel urbano ou rural, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem que haja oposição, área de terra em zona rural não-superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo ali sua moradia.
- ❺ O usucapião de imóveis públicos e de área urbana está expressamente vedado pelo texto constitucional.

QUESTÃO 22

O orçamento público deve atender a certos princípios que objetivam permitir a sua execução. Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens abaixo.

- ❶ O princípio da não-afetação da receita, expressamente previsto no texto constitucional, veda, sem ressalvas, a vinculação da receita de quaisquer espécies tributárias a órgão, fundo ou despesa.
- ❷ Em respeito ao princípio da exclusividade, os orçamentos só podem ser aprovados por lei formal.
- ❸ O princípio da universalidade, positivado na Constituição de 1988, estabelece que o orçamento não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.
- ❹ A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, estão expressamente vedados pelo texto constitucional, em respeito ao princípio da unidade.
- ❺ Em observância ao princípio da especialização, o orçamento deverá destinar dotações globais a programas de trabalho relacionados ao custeio de atividades específicas.

QUESTÃO 23

Despesa pública é o somatório dos gastos feitos pelo Estado para a realização de obras e para a prestação dos serviços públicos. Com relação a despesa pública, tendo em vista a Lei n.º 4.320/1964 e as lições doutrinárias, julgue os itens a seguir.

- ❶ A liquidação da despesa consiste no pagamento ou na inscrição em restos a pagar.
- ❷ Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
- ❸ O valor referente ao pagamento de inativos é apropriado como despesa corrente de custeio.
- ❹ Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.
- ❺ Empenho e liquidação são estágios das despesas públicas.

QUESTÃO 24

Conforme o estabelecido na Lei n.º 4.320/1964 e de acordo com as lições doutrinárias referentes à receita pública, julgue os itens que se seguem.

- ❶ As receitas públicas, segundo as categorias econômicas, classificam-se em receitas correntes e receitas de capital.
- ❷ Receitas tributárias e receitas resultantes da exploração do patrimônio público são receitas correntes.
- ❸ Operações de crédito e alienação de bens representam receitas de capital.
- ❹ O superávit do orçamento corrente constitui receita corrente.
- ❺ Os estágios da receita são empenho, fixação e recolhimento.

QUESTÃO 25

No que se refere às normas constitucionais que regulam os orçamentos públicos e às lições doutrinárias pertinentes, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A matéria veiculada na lei orçamentária anual restringe-se ao estabelecimento de prioridades da administração pública federal para o exercício financeiro subsequente.
- ❷ A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- ❸ A lei de diretrizes orçamentárias orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá acerca das alterações na legislação tributária.
- ❹ A lei orçamentária anual estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- ❺ A competência da União para legislar sobre direito financeiro não exclui a competência suplementar dos estados.

GRUPO II

QUESTÃO 26

Referente aos defeitos dos atos jurídicos e às obrigações, julgue os itens a seguir.

- ❶ Na obrigação de dar coisa certa, o devedor cumpre integralmente a obrigação se entregar coisa mais valiosa e não tiver agido com dolo (defeito do ato jurídico que causa a nulidade do ato).
- ❷ Extingue-se a obrigação de não fazer na hipótese de se tornar impossível ao devedor abster-se do fato, ainda que por sua culpa.
- ❸ Nas obrigações indivisíveis com pluralidade de devedor, cada um será obrigado pela dívida toda. O devedor que paga a dívida sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.
- ❹ A solidariedade não se presume: resulta da lei ou da vontade das partes. É anulável a obrigação solidária resultante da vontade das partes, quando a declaração de vontade do devedor emanou de erro substancial.
- ❺ Toda obrigação firmada entre agentes capazes, com objeto lícito e forma prescrita ou que não seja defesa em lei — e não ocorrendo defeito que conduza à anulação do ato —, inevitavelmente opera efeitos entre as partes e entre seus herdeiros.

QUESTÃO 27

A respeito da matéria atinente às partes do processo, como também da admissão de intervenção de terceiros, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O conceito processual de parte é obtido com a simples visualização da relação jurídico-processual, sem necessária correspondência com os titulares da relação jurídica litigiosa — parte é o integrante da relação processual.
- ❷ A legitimidade de parte, uma das condições da ação, é a identidade dos integrantes do processo com os titulares da relação jurídica de direito material objeto da ação judicial, seja por meio da legitimação ordinária seja por meio da extraordinária.
- ❸ No litisconsórcio — que é obrigatório nas relações plurissubjetivas e que se caracteriza pela pluralidade de sujeitos em um ou em ambos os lados da relação processual —, há sempre pluralidade de partes e cúmulo de ações.
- ❹ O terceiro que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes poderá requerer a sua intervenção no processo na qualidade de assistente. O limite temporal para esse terceiro solicitar o seu ingresso na ação coincide com a prolação da sentença.
- ❺ É admissível o chamamento do fiador ao processo na ação em que apenas o devedor figure como réu.

QUESTÃO 28

O processo judicial, desde a sua formação, segue procedimento próprio e adequado para a análise e o julgamento da situação litigiosa apresentada, caminhando progressivamente para o ato judicial final — a sentença. Acerca da sentença e da coisa julgada, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Pelo princípio da congruência entre o pedido e a sentença, é defeso ao juiz proferir sentença condenando o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado. Deve a sentença ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- ❷ Na ação que tenha por objeto obrigação de fazer, o juiz, ao julgar procedente o pedido, poderá, independentemente de pedido do autor, impor multa diária ao réu, se for suficiente ou compatível com a obrigação.
- ❸ A sentença deve refletir o estado de fato da lide no momento da decisão, devendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, ao proferir a sentença, considerar o fato superveniente ao ajuizamento da causa e influenciador no julgamento da lide.
- ❹ A coisa julgada material é a qualidade de imutabilidade e indiscutibilidade que adquire a sentença não mais sujeita a revisão por tribunal superior, fazendo coisa julgada formal e material a apreciação de questão prejudicial decidida incidentemente na sentença.
- ❺ Toda sentença proferida contra a União e suas autarquias está sujeita ao reexame necessário, ou seja, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal competente.

QUESTÃO 29

Referente aos recursos, julgue os itens abaixo.

- ❶ O recurso adesivo é cabível quando vencidas as partes ativa e passiva, ficando subordinado ao recurso principal e devendo ser interposto no prazo de que a parte dispõe para responder, sendo admissível, entre outros, nos embargos de declaração.
- ❷ O recurso de apelação presta-se à correção tanto do *error in procedendo* quanto do *error in judicando*. O tribunal revisor, tratando-se de sentença meramente terminativa, não poderá conhecer diretamente do mérito, ainda que a lide verse questão exclusivamente de direito, sob pena de supressão de um grau de jurisdição.
- ❸ Ao recurso de apelação são atribuídos, em regra, os efeitos devolutivo e suspensivo. No entanto, será recebido só no efeito devolutivo quando interposto contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- ❹ Das decisões interlocutórias proferidas em audiência cabe agravo retido que poderá ser interposto oralmente ou, preferindo a parte, ser apresentado por escrito no prazo de cinco dias.
- ❺ É cabível o recurso de agravo de instrumento contra a decisão posterior à sentença que, em apelação interposta de sentença que rejeitou liminarmente embargos à execução, a recebeu nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Texto II – questões de 30 a 32

Funcionários públicos aposentados, vinculados a autarquia federal (ente que compõe a administração indireta, possuindo personalidade jurídica própria, capacidade processual e autonomia administrativa, econômica e financeira) com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro – RJ, por época dos atos de aposentação, tiveram incorporada aos proventos a gratificação de produtividade, segundo a legislação em vigor. Ocorre que, em 1.º/3/1999, seis anos após os atos de aposentação, foi editada medida provisória, posteriormente convertida em lei, suprimindo a aludida gratificação, fato que conduziu o administrador a retirar imediatamente a gratificação de produtividade dos proventos desses servidores.

No dia 1.º/5/1999, a Associação Nacional dos Funcionários Autárquicos Inativos (ANFAI), entidade civil com sede em Brasília – DF, em nome próprio, ingressou com ação de reposição de proventos em face da referida autarquia, perante o juízo federal de Brasília – DF, em favor de seus associados (cuas autorizações foram juntadas à petição inicial), postulando a concessão de tutela antecipada no sentido de suspender o ato administrativo de supressão da mencionada gratificação, com a imediata reposição dos valores correspondentes aos meses de março e abril e, no mérito, que fosse reconhecido o direito dos servidores aposentados à permanência da percepção da gratificação de produtividade.

O fundamento nuclear do pedido foi no sentido de que a lei supressora da gratificação somente poderia ter aplicação futura, e nunca em caráter retroativo, e que o título de aposentadoria constituiu ato jurídico perfeito, pois integrou-se ao patrimônio jurídico de seus titulares.

Antes da decisão acerca da tutela antecipada, o juízo federal possibilitou a manifestação da entidade autárquica, que, no prazo assinado, argüiu os seguintes óbices à concessão da tutela:

- a) ilegitimidade ativa da ANFAI, porquanto malgrado pudesse postular em benefício de seus associados, não comprovou ter realizado a indispensável assembléia geral com o fito de autorizá-la a postular em juízo acerca desse específico direito;
- b) ilegitimidade passiva *ad causam*, já que os funcionários interessados eram federais, a demanda deveria ser proposta contra a União, sobre quem recairá a eventual responsabilidade patrimonial da demanda, pois de seus cofres provém o dinheiro necessário ao pagamento do pessoal;
- c) impossibilidade de concessão de tutela antecipada contra a fazenda pública, pois a lei veda essa medida no caso específico de concessão de aumento ou de gratificação;
- d) o ato impugnado decorreria de expresso cumprimento à lei específica, que suprimiu a aludida gratificação, de sorte que os aposentados não poderiam continuar percebendo gratificação extinta por lei.

QUESTÃO 30

Com base na situação hipotética apresentada no texto II, julgue os itens seguintes.

- ❶ A ANFAI é parte legítima para postular em benefício de seus associados, desde que deles possua autorização expressa ou que esteja autorizada mediante ata da assembléia geral.
- ❷ Na hipótese em apreço, o juízo federal deve acolher a arguição de ilegitimidade passiva, em razão da pertinência do argumento apresentado pela autarquia.
- ❸ A ação deveria ter sido ajuizada perante a justiça federal do Rio de Janeiro, por ser o foro do lugar onde está a sede da ré.
- ❹ A garantia de ato jurídico perfeito não tem aplicação ao caso mencionado, tendo em vista que funcionário público, em face de uma nova lei, não tem direito adquirido a um determinado sistema retributório.
- ❺ A vedação sobre tutela antecipada em face da fazenda pública não tem o cunho de generalidade invocado, somente tendo aplicação aos casos expressamente contemplados na lei, de forma tal que, na espécie concreta, é possível a concessão dessa providência urgente, desde que atendidos seus pressupostos legais.

QUESTÃO 31

A respeito da situação hipotética apresentada no texto II, julgue os itens a seguir.

- ❶ O ato de aposentadoria, com os efeitos dele decorrentes, constitui ato jurídico perfeito, de modo a não poder ser alcançado por lei posterior que suprima determinado benefício, pois este já se encontra regularmente incorporado aos proventos da aposentadoria.
- ❷ O caso de verba de conteúdo alimentar não constitui, por si só, o requisito de fundado receio de dano irreparável, exigível para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela.
- ❸ O caso envolve a aplicação do princípio da *actio nata*, por meio do qual, desde a concessão da aposentadoria poderia, em tese, ter havido lesão a direito da administração por concessão indevida, ou a direito do funcionário por supressão de benefício, a partir de quando começaria a fluir prazo prescricional, contado do ato ou fato do qual se origina.
- ❹ A supressão de gratificação incorporada aos proventos não pode ocorrer por sumária decisão administrativa, nem pela aplicação de lei posterior que suprimiu o indigitado benefício e, considerando que os atos de aposentadoria foram efetivados há mais de cinco anos, já se operou o instituto da decadência.
- ❺ A ação ajuizada contra a autarquia federal exige também a citação da União, na condição de litisconsorte passivo necessário, tendo em vista o envolvimento de matéria relativa à aplicação do orçamento da União.

QUESTÃO 32

Ainda a respeito da situação hipotética apresentada no texto II, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No caso de apreciação de pedido de antecipação dos efeitos da tutela, é incabível o precedente contraditório.
- ❷ Por envolver relação de emprego, a demanda em questão somente poderia tramitar perante a justiça do trabalho, sendo absolutamente incompetente a justiça federal.
- ❸ Porquanto medida de caráter urgente, a tutela antecipada pode ser concedida independentemente de fundamentação judicial, pois essa somente é exigida para os casos de sua revogação ou modificação.
- ❹ Na apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, medida que tem caráter satisfativo, deve o juiz examinar se estão presentes os pressupostos para a sua concessão, sendo eles a existência de prova suficiente da positividade do direito alegado e de fundado receio de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação.
- ❺ Na hipótese examinada, a supressão da gratificação, operada por lei, torna o pedido formulado juridicamente impossível, obrigando à sumária extinção do processo sem julgamento de mérito.

QUESTÃO 33

Para quatro sociedades anônimas — X, Y, Z e W —, verifica-se que:

- ▶ X detém 7% do capital de Y e 11% do capital de W;
- ▶ Y detém 30% do capital de Z e 55% do capital de W;
- ▶ W detém 20% do capital de X.

Nessa situação, e considerando que, no que se refere à participação acionária de uma sociedade em relação a outra, as sociedades por ações são classificadas em coligadas, controladoras ou controladas, julgue os itens abaixo.

- ❶ X e Y são sociedades coligadas, uma vez que a coligação ocorre quando uma sociedade participa de, no máximo, 10% do capital da outra, sem controlá-la.
- ❷ A sociedade Y é controladora de W.
- ❸ De acordo com o conceito legal de sociedade controlada, a sociedade Z tem possibilidade de ser controlada por Y.
- ❹ A sociedade X deverá obrigatoriamente, no seu relatório anual de administração, relacionar os investimentos feitos na companhia Y e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.
- ❺ Se a sociedade W for controladora de X, as ações de W pertencentes à companhia X deverão ter o direito de voto suspenso.

QUESTÃO 34

Acerca do cheque e da letra de câmbio, julgue os itens a seguir.

- ❶ Segundo a lei uniforme do cheque, são requisitos essenciais desse título de crédito a ordem incondicional de pagar quantia determinada, o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar, a indicação do lugar de pagamento e de emissão, a data de emissão, a assinatura do emitente e a denominação cheque inscrita no título.
- ❷ Trazendo o nome do beneficiário, o cheque pode ser transferido mediante endosso, ficando o endossante, salvo estipulação em contrário, co-responsável pelo pagamento.
- ❸ Na letra de câmbio, o endosso parcial é nulo, podendo ser condicionado, no entanto, segundo a lei uniforme.
- ❹ Em letra de câmbio, o aval pode ser parcial ou total e pode ser dado por terceiro ou por signatário da letra.
- ❺ Não se aplica ao cheque, segundo a lei uniforme, o princípio da inoponibilidade das exceções.

QUESTÃO 35

João, dono da firma individual João Verdureiro, comerciante antigo do Distrito Federal, visando à ampliação do seu negócio, associou-se a Manoel, seu conhecido, para abrirem um supermercado na região onde, até então, João tinha um mercadinho. Juntos, elaboraram o contrato social do Supermercado J&M Ltda. e solicitaram à Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) o seu registro. A JCDF negou o registro, alegando que Manoel estaria sendo processado criminalmente por peculato e não poderia constar como sócio do supermercado.

Considerando a situação hipotética acima e as normas que regem o nome e o registro comercial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A JCDF, diferentemente das outras juntas nos estados federados, é subordinada técnica e administrativamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.
- ❷ Ao negar o registro ao contrato social do Supermercado J&M Ltda., a JCDF agiu de acordo com a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.
- ❸ “Supermercado J&M Ltda.” é nome comercial da espécie denominação, uma vez que as sociedades por quotas de responsabilidade não admitem nome comercial de outra natureza.
- ❹ Sabendo que “João Verdureiro” é o nome comercial do mercadinho de João e sendo João empresário mercantil, o patrimônio como pessoa física de João não se confunde com o patrimônio da firma individual.
- ❺ Caso tivesse sido registrado, segundo a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, o nome comercial “Supermercado J&M Ltda.” teria proteção automática, a partir do arquivamento do contrato social.

QUESTÃO 36

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo imputou, em artigo de revista, sem caráter de periódico, fatos ofensivos à reputação de sua esposa. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de imprensa de difamação.
- ❷ Pedro, primário e sem antecedentes criminais, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de imprensa de fazer propaganda de guerra, que prevê pena de um a quatro anos de detenção. Nessa situação, será cabível, em tese, proposta de suspensão condicional do processo (*sursis* processual).
- ❸ Rodrigo, sócio-gerente de uma sociedade comercial, confeccionou e afixou na sede da empresa, bem como distribuiu, vários panfletos com o seguinte anúncio de emprego: “Preciso de recepcionista, de cor branca, que queira trabalhar em período integral. Paga-se bem. Tratar na rua da Indústria, n.º 100”. Nessa situação, Rodrigo praticou, em tese, crime resultante de preconceitos de raça ou de cor.
- ❹ O diretor-geral de um órgão público celebrou um contrato com uma sociedade civil de notória especialização na realização de concursos públicos, sem o procedimento licitatório, tendo como objeto o planejamento e a execução de um concurso público para ingresso nos cargos de agente administrativo. No contrato, não estava previsto o repasse de recursos orçamentários, mas existia uma cláusula segundo a qual, pela prestação dos serviços, a contratada receberia o resultado financeiro da receita auferida com as taxas de inscrição pagas pelos candidatos. Nessa situação, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o diretor-geral praticou crime relativo à licitação, consistente em dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei.
- ❺ Um indivíduo falsificou milhares de comprimidos de um determinado medicamento, utilizando farinha de trigo para sua confecção e colocando-os clandestinamente no mercado para consumo. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, que é hediondo.

QUESTÃO 37

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência no processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um garimpeiro ceifou a vida de um silvícola no interior de uma reserva indígena, desferindo-lhe golpes de faca. Nessa situação, como os direitos dos índios são tutelados pela União, de acordo com a orientação do STJ, a competência para processar e julgar o garimpeiro será da justiça federal.
- ❷ Ao ser autuado por sonegação fiscal, um empresário efetuou vários disparos de revólver contra auditores da Receita Federal, atingindo um deles mortalmente. Nessa situação, a competência para processar e julgar o empresário será da justiça federal.
- ❸ Um indivíduo fabricou, no quintal de sua residência, cédulas de R\$ 100,00, utilizando-as posteriormente para a aquisição de um veículo automotor usado. Por ocasião da concretização do negócio, o vendedor constatou que as cédulas eram falsas, em face da fabricação grosseira. Nessa situação, o indivíduo responderá pelo crime de moeda falsa perante a justiça federal.
- ❹ Durante um movimento paredista, um sindicalista constrangeu um empregado, mediante violência física, a não trabalhar na empresa empregadora durante o período em que perduraria a greve. Nessa situação, o sindicalista praticou o crime contra a liberdade de trabalho, sendo da justiça federal a competência para processá-lo e julgá-lo.
- ❺ Um indivíduo foi indiciado pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes com conexão probatória com crime contra a ordem tributária, consistente na sonegação de receita na declaração de imposto de renda de pessoa física (IRPF). Nessa situação, a competência para processar e julgar o indivíduo pelas duas infrações penais será da justiça federal.

QUESTÃO 38

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Maria ofereceu uma queixa-crime em desfavor de seu ex-namorado, João, imputando-lhe a prática de um crime de estupro tentado. Após o recebimento da peça acusatória pelo juiz, com a designação do interrogatório, Maria apresentou uma renúncia expressa. Nessa situação, caberá ao juiz declarar a extinção da punibilidade.
- 2 Pedro ingressou com uma ação penal privada subsidiária da pública, ante a inércia do Ministério Público, apresentando uma queixa-crime contra Joaquim, pela prática do crime de estelionato básico. Por ocasião da instrução criminal, Joaquim reparou o dano causado, e Pedro concedeu o perdão, que foi aceito prontamente pelo querelado. Nessa situação, caberá ao juiz declarar a extinção da punibilidade e arquivar os autos.
- 3 Após o oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, o juiz deixou de recebê-la expressamente, designando a data do interrogatório e determinando a citação do réu e a notificação do *parquet*. Nessa situação, em face da ausência de recebimento expresse da denúncia, o processo, mesmo que tenha tramitado regularmente, será nulo de pleno direito.
- 4 Um indivíduo, empregado de uma empresa particular, apresentou uma *delatio criminis* perante o Ministério Público, noticiando a prática de crime de calúnia, por parte de seu empregador, contra a sua pessoa. Nessa situação, o órgão do Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial para apurar a infração penal.
- 5 Submetido a julgamento pelo tribunal do júri pela prática do crime de homicídio, André obteve a desclassificação da infração penal e foi condenado pela prática de crime de lesão corporal seguida de morte. A sentença penal condenatória transitou em julgado para as partes. Nessa situação, por ser a sentença penal transitada em julgado título executivo judicial, para a reparação do dano, os herdeiros da vítima poderão executá-la no juízo cível contra André.

QUESTÃO 39

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Beto, proprietário de um estabelecimento comercial que explorava mesas de bilhar, permitiu a entrada e a permanência de adolescentes nas adjacências do jogo. Nessa situação, Beto praticou crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 2 Um agente de polícia privou a liberdade de um adolescente, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional e sem existir ordem escrita da autoridade judiciária competente. Nessa situação, o agente de polícia responderá por crime de abuso de autoridade.
- 3 Um delegado de polícia deu voz de prisão a um indivíduo que o desacatou durante uma inquirição de testemunhas. Após a lavratura do auto de prisão, a autoridade policial, por vingança, deixou de comunicar a prisão ao juiz competente. Nessa situação, o delegado praticou, em tese, crime de abuso de autoridade.
- 4 Rubens, sócio-gerente de uma sociedade comercial, deixou de recolher, de forma consciente, no prazo legal, o ICMS, referente aos meses de março e abril de 2002, escriturado nos livros fiscais e declarado à administração fazendária. Nessa situação, Rubens praticou, em tese, crime contra a ordem tributária.
- 5 Um indivíduo constrangeu sua namorada, mediante graves ameaças exercidas com o emprego de faca, a manter com ele cópula anal no interior de um veículo automotor. Policiais militares ouviram os gritos da vítima e efetuaram a prisão em flagrante do indivíduo. Nessa situação, por ter o indivíduo praticado crime hediondo, não fará jus à liberdade provisória.

QUESTÃO 40

A respeito dos procedimentos dos juizados especiais criminais e do tribunal do júri, julgue os itens a seguir.

- 1 Oferecida denúncia pelo Ministério Público por crime de menor potencial ofensivo, o juiz determinará a citação do acusado por edital na hipótese do seu não-comparecimento na audiência preliminar.
- 2 Tratando-se de ação penal privada por crime de menor potencial ofensivo, a ausência injustificada do querelante e de seu advogado, na audiência de instrução e julgamento, ocasionará a perempção, que é causa de extinção da punibilidade.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

A autoridade policial encaminhou ao juizado especial criminal um termo circunstanciado referente a um crime de lesão corporal simples, acompanhado com cópia do prontuário do hospital e do relatório médico. Terminada a audiência preliminar, não tendo ocorrido transação, por não ser aceita pelo infrator a proposta de aplicação imediata de pena, o Ministério Público verificou que com a representação da vítima não estava o laudo de exame de corpo de delito.

- Nessa situação, considerando a imprescindibilidade do laudo para comprovar a materialidade da infração penal, o órgão do Ministério Público não poderá ofertar a denúncia.
- 4 No processo dos crimes da competência do júri, restando cabalmente comprovada, na instrução criminal, alguma circunstância agravante em desfavor do acusado, deverá o juiz incluí-la na classificação jurídica do crime na pronúncia.
 - 5 Tratando-se de crime de competência do júri, se o laudo pericial do incidente de insanidade mental e a prova coligida concluírem pela semi-imputabilidade do acusado, o juiz, na fase da pronúncia, deverá absolvê-lo sumariamente, mesmo que se convença da existência do crime e de indícios da autoria.

QUESTÃO 41

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Mário, mediante grave ameaça, subtraiu de seu genitor a importância de R\$ 5 mil. Nessa situação, como o crime contra o patrimônio foi perpetrado contra ascendente, Mário ficará isento de pena.
- 2 Júlio empenhou máquinas e instrumentos aratórios de sua propriedade rural, em garantia de um débito no valor de R\$ 30 mil. Posteriormente, necessitando de dinheiro, Júlio alienou a um terceiro, sem o consentimento do credor, as máquinas e instrumentos empenhados, que haviam continuado em seu poder. Nessa situação, como os objetos do penhor agrícola continuaram na posse do devedor, por efeito da cláusula *constituti*, mas sujeitos por vínculo real ao cumprimento da obrigação, Júlio praticou o crime de estelionato, na modalidade de defraudação de penhor.
- 3 Pedro desfechou vários golpes de faca contra seu desafeto, que, ferido em estado grave, foi transportado para um hospital público, onde veio a falecer em razão de queimaduras sofridas em incêndio no hospital iniciado logo após o seu atendimento. Nessa situação, Pedro não responderá pela morte de seu desafeto.
- 4 Sebastião, voluntária e conscientemente, emitiu uma nota promissória no valor de R\$ 10 mil, sem a indicação do nome do beneficiário ou tomador. Nessa situação, a nota promissória não terá validade legal, tendo Sebastião praticado o crime de emissão de título ao portador sem permissão legal.
- 5 Em janeiro de 2000, José apresentou representação junto ao Ministério Público imputando falsamente a agente público ato de improbidade administrativa, consistente na prática de ato administrativo com desvio de finalidade, que não constituía crime. Nessa situação, José praticou crime contra a administração pública previsto na Lei n.º 8.429/1992.

QUESTÃO 42

À luz do direito processual penal, julgue os itens abaixo.

- 1 O *habeas corpus* é remédio jurídico adequado para analisar o aspecto da legalidade do ato da punição por transgressão militar.
- 2 No pedido de desaforamento realizado pelo Ministério Público, é imprescindível a oitiva prévia da defesa.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra um delegado de polícia pela prática do crime de abuso de autoridade, por ter prolongado a execução da prisão temporária de um indiciado, deixando de cumprir ordem de liberdade.

Nessa situação, a autoridade judiciária deverá, antes de receber a denúncia, notificar o acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- 4 Surgindo questões prejudiciais na fase inquisitorial, como a anulação de um casamento na esfera cível devido a crime de bigamia, a autoridade policial não poderá suspender o inquérito policial.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade de quatro anos de reclusão, em regime aberto. Antes do início da execução da reprimenda, adveio nova condenação definitiva, agora à pena privativa de liberdade de seis anos de reclusão, em regime semi-aberto.

Nessa situação, caberá ao juiz das execuções unificar as penas e fixar o regime fechado.

QUESTÃO 43

As aposentadorias do setor público são o grande problema que a previdência social enfrenta. Enquanto no INSS o governo paga R\$ 7,1 bilhões por mês para 20,9 milhões de aposentados e pensionistas do setor privado, a folha de pagamento mensal do setor público federal é de 1,78 bilhões, atendendo a pouco mais de 837 mil funcionários. Se contabilizarmos os servidores estaduais e municipais, o déficit da previdência aumenta assustadoramente. Dos R\$ 70 bilhões previstos para 2002, R\$ 53 bilhões correspondem ao déficit do setor público.

Correio Brasileiro, 1.º/11/2002, p. 10 (com adaptações).

Com base na realidade retratada no texto acima, e diante das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, para o sistema de previdência social, julgue os itens abaixo.

- 1 Para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, a antiga aposentadoria voluntária por tempo de serviço do servidor público, após a EC n.º 20/1998, sofreu mudanças, sendo atualmente imprescindível para a sua concessão a todo aquele que ingressar no sistema o atendimento cumulativo das condições de idade mínima e período de contribuição, independentemente do tempo de efetivo exercício no serviço público.
- 2 É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência pública, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, tais como médicos e professores.
- 3 A exemplo do que já ocorre para o regime da previdência privada, a EC n.º 20/1998, para diminuir as despesas suportadas pelo Tesouro Nacional, instituiu um limite máximo para pagamentos de proventos de aposentadorias na previdência pública, correspondente a dez salários mínimos, ressalvados os casos de direito já adquirido.
- 4 Pelas atuais regras de transição contempladas na EC n.º 20/1998, uma servidora pública com vinte anos de serviço e de contribuição, na data de 16/12/1998, deverá, no que concerne especificamente ao requisito de tempo de contribuição, contribuir pelo menos mais sete anos para a previdência pública para obter o direito a aposentadoria proporcional.
- 5 A EC n.º 20/1998 não alterou a sistemática de revisão dos proventos de aposentadoria e das pensões dos servidores públicos, mantendo o critério de paridade entre os servidores ativos e inativos, com expressa previsão de extensão aos aposentados e pensionistas de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

QUESTÃO 44

A União foi condenada, por sentença, ao pagamento das diferenças salariais decorrentes dos planos econômicos X e Y a um grupo de dez servidores públicos, sob o fundamento de existência de direito adquirido alicerçado em legislação infraconstitucional. Enviados os autos ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em virtude da remessa oficial e do recurso ordinário voluntário interposto, a condenação restou mantida. Interposto recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), atacando o mérito da condenação imposta a título de reajuste salarial do Plano X, o recurso não foi conhecido pelo TST, por se mostrar a decisão recorrida em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material do TST, com expressa invocação da Súmula n.º 333/TST. Iniciada a execução, a União interessou-se em atacar o título exequendo quanto aos reajustes dos dois planos econômicos a que foi condenada.

À luz das orientações pacificadas na jurisprudência do TST, julgue os itens que se seguem, acerca da situação hipotética acima relatada.

- ❶ A União deverá ajuizar uma única ação rescisória, perante o TST, para desconstituir a condenação imposta em relação aos dois planos econômicos, pois, nos termos do disposto no Código de Processo Civil (CPC), o acórdão do TST substitui o acórdão do TRT, contando-se o prazo para aquela ação de rito especial do trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida.
- ❷ A União não poderá ajuizar ação rescisória perante o TST, pois, conforme disposição do CPC, aquela ação de rito especial só cabe contra sentença de mérito, na qual não se inclui a decisão que não conhece de recurso de revista por se encontrar a decisão em consonância com súmula do próprio tribunal.
- ❸ A União deverá propor a ação rescisória contra todos os servidores que são beneficiários do título exequendo, já que a hipótese é de litisconsórcio passivo necessário, de modo que a exclusão de alguns conduziria à extinção do processo, conforme diretriz do CPC.
- ❹ Considerando que, de acordo com dispositivo do CPC, a sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando violar disposição de lei, caso a União opte por propor ação rescisória com base nesse fundamento, deverá invocar, necessariamente, na petição inicial, afronta a dispositivo de ordem constitucional.
- ❺ Sendo a União compelida a saldar o débito, via precatório, antes do julgamento da rescisória, a posterior procedência do pleito rescisório, com desconstituição do título judicial, impõe que o ente público seja ressarcido dos valores pagos, nos próprios autos da execução, sob pena de enriquecimento sem causa dos servidores beneficiados.

QUESTÃO 45

Acerca dos institutos da prescrição e da decadência, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Prevista na Constituição da República, a prescrição bienal do direito de propositura de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho se conta da extinção do contrato de trabalho, equiparando-se, para tal efeito, segundo entendimento jurisprudencial dominante, a mudança do regime celetista para o estatutário, nos moldes da Lei n.º 8.112/1990.
- ❷ A prescrição, como matéria de ordem pública, não se encontra sujeita a efeitos preclusivos, podendo ser acolhida pelo órgão julgador em qualquer fase do processo de conhecimento, mesmo na instância extraordinária, desde que argüida expressamente pela parte, quando se tratar de direitos patrimoniais.
- ❸ Todas as ações — tomadas no sentido técnico de pretensão — encontram-se sujeitas aos efeitos da prescrição, independentemente de sua natureza.
- ❹ O prazo para a propositura da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave é de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado estável, e, sendo de natureza decadencial, mostra-se insuscetível de suspensão ou interrupção.
- ❺ Em demanda que envolva pedido de prestações em relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição aplicável é sempre parcial, pois, perpetuando-se a lesão de forma continuada, o prazo prescricional renasce com igual periodicidade, restando atingidas pela prescrição apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

QUESTÃO 46

Tendo em vista o instituto da equiparação salarial previsto na CLT, julgue os itens a seguir.

- ❶ Um empregado vigilante de empresa prestadora de serviços, quando desempenha, por força de contrato de prestação de serviços entre a sua real empregadora e a administração, as mesmas atribuições de um outro vigilante estatutário do quadro do órgão tomador de seus serviços, com igual produtividade e mesma perfeição técnica, tem direito a obter tratamento isonômico quanto à remuneração, pois, nos termos da lei, a todo trabalho de igual valor corresponderá sempre idêntico salário.
- ❷ O quadro de pessoal organizado em carreira, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pelo Conselho Nacional de Política Salarial, inviabiliza o pleito de equiparação salarial, quando efetivamente contempla critérios de promoção por antiguidade e merecimento.
- ❸ Um empregado de nível médio de empresa pública, quando em desvio de função, tem direito a ser efetivado no cargo de nível superior cujas atribuições verdadeiramente desempenhe, por força do princípio equiparatório e como forma de evitar o enriquecimento indevido por parte da administração, sujeita aos princípios da legalidade e da moralidade.
- ❹ A diferença de tempo de serviço na função entre paradigma e reclamante mostra-se irrelevante para efeito de pleito equiparatório, desde que inferior a dois anos.
- ❺ Conforme a jurisprudência sumulada do TST, não exclui a equiparação salarial o fato de o empregado ser cedido para trabalhar em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

QUESTÃO 47

Acerca dos recursos no processo trabalhista, julgue os itens seguintes.

- ❶ O prazo para a interposição de todos os recursos, em se tratando de particulares, é sempre de oito dias.
- ❷ Nos moldes da jurisprudência dominante do TST, o recesso forense suspende os prazos recursais.
- ❸ É cabível recurso de revista contra acórdão de TRT que julga embargos de terceiro, sempre que proferido com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição da República.
- ❹ O pré-questionamento é um pressuposto típico de recorribilidade para as instâncias extraordinárias, restando atendido sempre que na decisão recorrida haja tese explícita a respeito da matéria, independentemente da referência expressa ao dispositivo de lei tido por violado.
- ❺ Cabe recurso de revista contra acórdão do TRT que confere ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação divergente da que lhe houver dado o STF.

QUESTÃO 48

Acerca das fontes do direito internacional público (DIP), julgue os seguintes itens.

- ❶ A parte que invoca um costume tem de demonstrar que ele está de acordo com a prática constante e uniforme seguida pelos Estados em questão.
- ❷ Os precedentes judiciais são vinculativos tão-somente para as partes em um litígio e em relação ao caso concreto, não tendo, assim, obrigatoriedade em DIP.
- ❸ Constituem funções da doutrina o fornecimento da prova do conteúdo do direito e a influência no seu desenvolvimento.
- ❹ O Estatuto da Corte Internacional de Justiça, ao indicar as fontes do DIP que um tribunal irá aplicar para resolver um caso concreto, concede posição mais elevada para as normas convencionais, que devem prevalecer sempre sobre todas as outras.
- ❺ Ainda hoje, o rol das fontes indicado no Estatuto da Corte Internacional de Justiça é taxativo.

QUESTÃO 49

Quando soarem as doze badaladas da meia-noite do dia 19 de maio de 2002, o mundo acolherá com satisfação o Timor Leste na família das nações. Será um momento histórico para o Timor Leste e para as Nações Unidas. Um povo orgulhoso e tenaz realizará o sonho comum a todos os povos de viver como homens e mulheres livres sob um governo que eles mesmos escolheram.

Kofi Annan. *O mundo não pode abandonar o Timor Leste. In: Folha de S. Paulo*, 19/5/2002, A-29 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Para satisfazer a condição de Estado, tal como prescreve o direito internacional público, o Timor Leste deve possuir: território, população, governo, independência na condução das suas relações externas e reconhecimento dos demais atores que compõem a sociedade internacional.
- ❷ Para o direito das gentes, o ingresso nas Nações Unidas é condição necessária para que um Estado possa ser considerado sujeito de direito internacional.
- ❸ A população de um país é o conjunto de pessoas (nacionais e estrangeiros) fisicamente instaladas em seu território.
- ❹ O governo timorense deve ser reconhecido pelos demais membros da comunidade internacional como condição necessária para o reconhecimento do novo Estado.
- ❺ A nacionalidade, vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, só pode ser concedida pelos Estados, que devem observar os princípios do direito internacional que regulam a matéria.

QUESTÃO 50

Tendo em vista o entendimento do direito internacional, bem como a prática brasileira acerca de tratados internacionais, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Tratado internacional é um acordo celebrado por escrito entre sujeitos de direito internacional que produz efeito jurídico, qualquer que seja sua denominação particular.
- ❷ No Brasil, as convenções internacionais do trabalho, uma vez incorporadas ao ordenamento jurídico nacional, têm força de lei ordinária.
- ❸ Na ausência de preceito constitucional claro, o STF firmou entendimento de que os tratados internacionais de direitos humanos estão acima da Constituição da República.
- ❹ O Congresso Nacional brasileiro resolve definitivamente sobre tratados internacionais ao ratificá-los no plano externo.
- ❺ Salvo afronta a regra de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratado, uma parte não pode invocar disposições de seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado.